

A fronteira Brasil-Guiana e os povos indígenas¹

Stephen G. Baines²

Resumo: O trabalho examina os processos históricos e socioculturais que se desenvolvem entre os povos indígenas Makuxi e Wapichana que habitam a fronteira internacional entre a Guiana e o Brasil. Nesta fronteira, as etnias se configuram num processo transnacional, em que nacionalidades distintas e etnias diversas se sobrepõem em complexas manifestações de identidade, que podem parecer ambíguas e contraditórias da perspectiva de um estrangeiro, mas não da perspectiva dos habitantes desta fronteira, que não vêem nenhum problema em se identificar conforme os contextos em que estão imersos e lhes parecem naturais.

Palavras-chave: Povos indígenas. Fronteira internacional. Etnicidade. Nacionalidade. Brasil. Guiana. Makuxi. Wapixana.

O objetivo deste trabalho é examinar os processos históricos e socioculturais que se desenvolvem entre os povos indígenas Makuxi e Wapichana que habitam a fronteira internacional entre Guiana³ e Brasil⁴. Este tema fornece uma interface entre o estudo de sociedades indígenas e suas relações com Estados nacionais nas suas fronteiras. Escolhi uma região geográfica ao longo da fronteira entre o Brasil e a República Cooperativista da Guiana, mais especificamente entre a Terra Indígena Jacamim, ao sul, e as aldeias de Uiramutã e Willimon na Área Indígena Raposa/Serra do Sol, e Canapã, na Guiana, ao norte, região habitada por Wapichana e Makuxi que vivem nos dois lados da fronteira internacional em aldeias de composição étnica mista⁵.

A partir de um estudo dos discursos interétnicos e categorias indígenas, esta pesquisa investiga a inter-relação entre etnicidade e nacionalidade no caso de dois grupos étnicos atuais. Como todos os povos indígenas do maciço guianense, os Makuxi e Wapichana foram e estão sendo constituídos historicamente através de processos de fusão e fissão de grupos étnicos. Constituem povos com uma longa história de colonização e contatos intensivos e contínuos com os regionais dos dois países por mais de dois séculos (Diniz, 1972:15), sendo caracterizados pela população regional de Roraima como "índios civilizados" e "caboclos" (Ibid p.124). Atualmente muitos têm nacionalidade brasileira e/ou guianense. Diniz afirmou, escrevendo em 1972, que os regionais "têm um modo de vida, seja na indumentária, no tipo residencial, nas técnicas da lavoura, etc., que não difere muito daquele adotado pelo 'caboclo'" (1972:113, 130-1). Contudo, apesar deste autor enfatizar a intensa interação entre índios e regionais, a abordagem teórica dualista adotada por Diniz, ao ressaltar a existência de duas entidades, "Makuxi" e "branco", tende a reificar uma oposição que tem sido reativada como estratégia de resistência e afirmação de autonomia indígena frente à sociedade regional nas últimas décadas, a partir do envolvimento destes povos nos movimentos indígenas no Brasil e na Guiana.

Desde os anos 1960, quando Diniz realizou sua pesquisa em Roraima, e sobretudo a partir dos anos 1970, o movimento indígena em nível nacional e internacional trouxe mudanças fundamentais às relações destes povos indígenas com os Estados nacionais brasileiro e guianês. Afirma Adolfo de Oliveira que "A criação de uma dialogicidade com os agentes do Estado e com a sociedade civil, muitas vezes com expressão internacional, parece ser um elemento central da política indígena" (2002:113). No Brasil, o

Conselho Indígena de Roraima (CIR) se consolidou a partir do movimento indígena nos anos de 1970, iniciado com apoio da Igreja Católica. Enfrentando hostilidades constantes, os povos indígenas, a partir de escritórios em cidades com advogados indígenas e outros profissionais em lidar com o Estado, estão conseguindo grandes avanços no reconhecimento dos seus direitos e estabelecendo novas relações com os Estados nacionais. Na Guiana, a Amerindian Peoples Association (APA), criada em 1991, e reconhecida desde 1992, vem ganhando força política em relação a direitos territoriais. Entre as quatro principais organizações indígenas em nível nacional, a APA vem ganhando mais visibilidade nesta região.

Tomando em consideração que os Wapichana e Makuxi constituem populações de milhares de indivíduos espalhados em situações muito distintas, em terras indígenas, em fazendas regionais, nas cidades regionais e na capital Boa Vista, em comunidades de composição étnica e nacionalmente mista, e que se identificam com diversas organizações indígenas antagonicas que internalizam as contradições interétnicas (Repetto, 2002), julgo mais apropriado usar o conceito de "campo semântico da etnicidade" (Valle, 1999) para abordar as relações dos Makuxi e Wapichana com os Estados nacionais, para tentar "circunscrever um horizonte discursivo e simbólico no qual os diversos atores sociais conseguem entender, descrever e interpretar, por processos estruturados em nível consciente e inconsciente, a vida social, os fatos e fenômenos sociais, como também as suas próprias ações e as práticas de outros atores e agentes, todos dotados de conteúdos originados na dinâmica das relações interétnicas – o campo semântico está 'aberto' para produzir interpretações étnicas díspares e até mesmo antagonicas..." (1999:305-6).

Escolhi como recorte empírico desta pesquisa a região geográfica entre Jacamim e Uiramutã, ao longo de uma extensão de um pouco menos de 300 km, por abranger aquela parte da fronteira entre os dois países habitada principalmente por pessoas que se definem como Makuxi e Wapichana⁶. Assim escolhi um recorte regional, multi-local e multi-ator para investigar a questão de etnicidade e nacionalidade nesta fronteira, a partir de diversas perspectivas e níveis de análise, abrangendo perspectivas regionais de Makuxi, de Wapichana e de não indígenas, realizando entrevistas com o atual e o anterior Chairmen (prefeitos) indígenas de Lethem, e seus vice-prefeitos, tuxauas, coordenadores regionais, catequistas e outros moradores das aldeias⁷.

O estudo da etnicidade e nacionalidade nesta fronteira internacional levanta muitas das questões teórico-metodológicas que contribuem para o estabelecimento de uma antropologia em fronteiras como proposta por Roberto Cardoso de Oliveira (1999). Afirma Cardoso de Oliveira:

É assim que em ambos os lados da fronteira pode-se constatar a existência de contingentes populacionais não necessariamente homogêneos, mas diferenciados pela presença de indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes etnias, sejam elas autóctones ou indígenas, sejam provenientes de outros países pelo processo de imigração. Ora, isso confere à população inserida no contexto de fronteira um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional de um e de outro lado da fronteira, cria uma situação sócio-cultural extremamente complexa (no prelo).

Cardoso de Oliveira acrescenta que:

No caso das etnias – se me é concedido o direito de especular –, não se trata mais de considerá-las em si mesmas, i. é, enquanto tais, mas de inseri-las num outro quadro de referência: o quadro (inter)nacional. A rigor, poder-se-ia dizer que tal quadro teria sua configuração marcada por um processo transnacional, apontando esse termo para o caráter dinâmico das relações sociais vividas pelo contingente populacional localizado na fronteira. E é precisamente esse processo transnacional que, a meu ver, se impõe ao observador como uma instância empírica sujeita à descrição sistemática (Ibid).

Cardoso de Oliveira ressalta que "será num espaço internacional marcado pela contigüidade de nacionalidades distintas (e no interior dessas, supostamente, de etnias diversas), que surge o foco privilegiado de investigação: não mais o sistema interétnico ... mas o sistema *inter e transnacional*, visto em termos das nacionalidades em conjunção" (Ibid).

Para chegar a uma compreensão destas questões, há que examinar a bem documentada história desta região e os processos de construção de dois Estados nacionais sul-americanos: o Brasil, ex-colônia portuguesa independente desde 1822, e a atual República Cooperativista da Guiana, ex-colônia holandesa e posteriormente inglesa até sua independência em 25 de maio de 1966. Enquanto no Brasil os intelectuais construíram uma identidade nacional como um país latino-americano, apesar de se distinguirem radicalmente dos Estados nacionais de antiga colonização espanhola, a Guiana se encontra numa situação ambígua de não ter uma identidade

nacional voltada nem para a América Latina nem se enquadrar dentro de uma identidade caribenha, apesar de ter laços culturais estreitos com outras ex-colônias britânicas da região caribenha, como Trindade e Tobago, Barbados, e migrações de pessoas entre estes países. Com uma história de litígios sobre as suas fronteiras com a Venezuela, Suriname e o Brasil, a Guiana atual se identifica histórica e culturalmente mais com as Guianas com população concentrada na faixa do litoral atlântico, altamente heterogênea etnicamente, produto de políticas coloniais britânicas, holandesas e francesas de importação de mão-de-obra africana e asiática, do que com o Brasil. Suriname, a ex-Guiana Holandesa, declarou independência em 25 de novembro de 1975, permanecendo apenas a Guiana Francesa na condição de Departamento Ultramar da França. Tanto a Guiana como o Suriname sofreram intensos conflitos internos após a independência, levando os dois países a situações socioeconômicas críticas. Movimentos de independência na Guiana Francesa têm sido limitados, até hoje, pelos exemplos considerados tão negativos destes países vizinhos pelos habitantes da colônia francesa.

No início do século XVII, um comércio diversificado era partilhado por várias empresas comerciais no litoral guianense. A iniciativa privada foi substituída pelo monopólio da Companhia das Índias Ocidentais que passava a administrar a colônia (Ibid). Em 1781, os britânicos capturaram Demerara, Berbice e Essequibo dos holandeses. Seguiu-se uma intervenção francesa em 1782 e sua devolução para os holandeses em 1783, até 1803, quando os britânicos ocuparam a região, formalmente cedida no Tratado de Londres de 1814, permanecendo colônia britânica de 1831 a 1966.

O interesse do governo do Brasil em ocupar a região do lavrado do rio Branco no século XVIII, argumenta Nádia Farage

(1991), foi uma tentativa de impedir qualquer avanço dos holandeses ou espanhóis para a Bacia Amazônica. Mesmo que exista pouca evidência para sugerir que os holandeses tivessem um plano de ocupá-la, e numa época em que os espanhóis estavam lutando para consolidar seu domínio sobre as planícies do Baixo Orenoco frente a levantes entre os Yekuana, que romperam suas relações comerciais com estes para estabelecer relações comerciais com os holandeses na atual Guiana (White, 1988). A ocupação do lavrado de Roraima se consolidou com a construção do Forte São Joaquim, no rio Branco, em 1775-1776. O desejo das elites de consolidar uma população nacional unificada em torno de valores culturais europeus foi imposto através de políticas de "integração" cultural expressas em miscigenação (1861 [1787]) implantadas no rio Branco por Lobo de Almada. Os povos indígenas enfrentaram políticas de invasão e ocupação dos seus territórios por agentes sociais enviados pelo Estado (soldados, missionários, comerciantes, professores e administradores).

O processo de expansão inglesa e brasileira na região e a construção histórica da fronteira internacional foram abordados por Peter Rivère (1995). Em abril de 1840, o alemão Robert Schomburgk foi nomeado pelo governo britânico para chefiar a Comissão de delimitações de fronteiras inglesas. Os britânicos ganharam o apoio dos índios para terminar com a escravidão de índios no Brasil, após a Grã-Bretanha condenar o tráfico de escravos em 1804 e abolir a escravidão em 1834. A disputa sobre esta fronteira só foi resolvida em 1904, depois que o Brasil e a Inglaterra enviaram a questão ao arbítrio do rei da Itália, que pronunciou sua decisão traçando a fronteira nos rios Maú/Ireng e Tacutu.

Ressalta Paulo Santilli que "em fins do século XIX inicia-se, um tanto tardiamente em relação a outras regiões do país, a ocupação

empreendida por colonos civis propriamente na região de campo do vale do Rio Branco" (2001:38). Acrescenta Santilli que, durante as últimas décadas do século XIX e as duas décadas iniciais do século XX, a expansão pecuarista:

[...] incidiu, de modo mais concentrado, nos vales dos rios Cauamé, Uraricoera e Amajari, porção oeste da região de campos... A partir de então, o avanço da ocupação pecuarista se redireciona para o leste, incidindo prioritariamente, nas décadas seguintes, sobre a região compreendida pelo vale do Rio Tacutu, isto é, pelo território tradicional dos Macuxi, impondo rupturas drásticas na dinâmica estabelecida, lenta e cumulativamente, ao longo história secular do contato dos Macuxi com a sociedade nacional (Ibid).

Durante a primeira metade do século XX, a exploração do garimpo de ouro e diamantes provocou um novo movimento migratório de colonos. Santilli enfatiza também o estabelecimento de relações clientelísticas, simultaneamente ao estabelecimento do SPI e da missão beneditina no início do século XX, substituídos pela Funai e pela Ordem da Consolata (2001:39-40). A partir de 1975, os missionários e agentes da Funai agiram no sentido de tentar minar os vínculos clientelistas que ligavam os índios aos regionais, organizando assembléias de tuxauas patrocinadas pela Diocese e tentando introduzir modalidades de trabalho comunitário (Santilli, 2001:43).

Esta região de fronteira, de fácil acesso terrestre, por ser de campos abertos com floresta de galeria, revela como os processos de consolidação dos Estados nacionais brasileiro e guianês atuam em nível local, procurando estabelecer os limites geopolíticos e

implantar sua presença com o objetivo de garantir a soberania nacional. É por isso que, nesta região, as questões de nacionalidade e etnicidade se apresentam de forma muito acentuada, revelando também sua extrema complexidade.

Com a construção da rodovia BR-174 entre 1970 e 1977, que ligou Boa Vista e todo o então território de Roraima ao resto do Brasil, houve um crescimento muito rápido da população não indígena e um acelerado desenvolvimento econômico na região. A partir de 1985, a região de fronteira tornou-se alvo do Projeto Calha Norte, que intensificou, de forma sem precedentes, as políticas de integração cultural que vinham sendo impostas ao longo dos séculos. O estabelecimento do Projeto Calha Norte (PCN), como argumenta Oliveira (1990), objetiva implantar uma infra-estrutura na fronteira norte do Brasil, sob a justificativa de protegê-la, reforçar a soberania nacional, impedir o narcotráfico e o ingresso no país de guerrilheiros de países vizinhos. Mas os motivos não declarados do PCN seriam a implantação de infra-estrutura para abrir a região ao desenvolvimento econômico, sobretudo através de grandes projetos de mineração no Maciço Guianense, rico em depósitos de cassiterita, diamantes, ouro e outros minérios. O desenvolvimento econômico do atual estado de Roraima teve um impacto muito forte sobre a região do Rupununi, na Guiana, revertendo as tendências de migração que até os anos 1960 apresentavam um fluxo de migração do Brasil para a Guiana. Após a independência da Guiana e conflitos políticos internos entre grupos étnicos majoritários no litoral daquele país, e o levante do Rupununi em 1969, quando muitos índios fugiram da Guiana para o Brasil, a região das fronteiras tem sido, até recentemente, negligenciada pelo governo central de Georgetown. Com o crescente interesse nesses dois Estados em consolidar a

presença nacional nesta fronteira, as identidades étnicas e nacionais estão se manifestando de forma muito clara. Muitos indígenas faziam questão de definir para mim sua nacionalidade, ou brasileira ou guianense.

Na Guiana, a grande maioria da população está concentrada na faixa litorânea e passando por conflitos étnicos, expressos em grande parte na configuração dos partidos políticos. Os dois maiores são o Peoples Progress Party (PPP), visto como representante sobretudo dos indo-guianenses, e o Peoples National Congress (PNC), dos afro-guianenses. A região da fronteira com o Brasil, em grande parte, tem se desenvolvido à margem dos eventos políticos de Georgetown. Várias pessoas que se identificaram como índios guianenses ressaltaram que os dois partidos principais são associados à opressão. Não é por acaso que o Guyana Action Party (GAP) tem seu maior apoio nesta região, ganhando 2 vagas entre 65 no Parlamento nas últimas eleições de 2001. Foi fundado por Paul Hardy, nascido no Rupununi e exilado no Brasil após o levante de 1969, onde se educou e se tornou homem de negócios, proprietário da Cultura Inglesa em Boa Vista e em Manaus. O GAP olha mais para o Brasil como fonte de inspiração do que para o litoral guianês. No Rupununi, ou Região 9 (designação dada por Georgetown com declarado desagrado da população local), a população indígena tem sido estimada em cerca de 80% da total.

A partir de 2001, o GAP tem mostrado um crescimento rápido, inclusive no litoral do país, após sua coalizão com o Working Peoples Party (WPP), e a conquista de dois assentos no Parlamento, por Paul Hardy e Shirley Melville, do GAP. Shirley, esposa de Don Melville, comerciante local da cidade fronteiriça de Lethem, identifica-se como índia aruaque do litoral noroeste da Guiana, e

Don como descendente de fazendeiros escoceses e índios. Em anos recentes, o governo de Georgetown começou a dirigir mais atenção a esta região, incentivando a migração do litoral. Em 2001 teve início a construção de uma ponte sobre o rio Tacutu, que ligará a cidade de Bonfim no Brasil a Lethem na Guiana. A inauguração desta ponte, prevista para outubro de 2002, deveria acelerar o comércio entre Boa Vista e Georgetown no litoral atlântico. A ponte está sendo concluída com iniciativa do governo brasileiro⁸.

Predomina em Lethem a influência do Brasil, com músicas populares brasileiras tocando constantemente, junto com reggae e música indiana nas casas de comércio dos migrantes afro-guianenses e indo-guianenses do litoral da Guiana. As pessoas que possuem televisão têm acesso exclusivamente às emissoras do Brasil e, por satélite, aos canais americanos e britânicos. Na cidade de Lethem, a Rede Record está disponível e às vezes a Globo, porém as pessoas assistem mais à Direct TV. Nas aldeias ao sul há antenas parabólicas em armazéns de alguns pequenos comerciantes e em Karasabai, ao norte, um dono de armazém tem Direct TV. A opinião da maioria das pessoas entrevistadas era que o que é acessível através de antenas parabólicas de Georgetown na Guiana tem pouco a ver com a vida no Rupununi, onde se consolidou, desde os tempos coloniais, uma forte identidade regional entre os descendentes de fazendeiros escoceses que colonizaram a região, muitos casando-se com índias, e entre os povos indígenas, muitos dos quais foram incorporados como mão-de-obra nas fazendas durante o período colonial. Muitos dos entrevistados indígenas em Lethem e St. Ignatius manifestaram a opinião de que os povos indígenas não têm nenhum futuro com o governo de Georgetown e olham para o Brasil como um grande sucesso econômico e como um caminho para

escapar da pobreza acentuada e dos conflitos políticos e étnicos que assolam o densamente povoado litoral atlântico do país. Um comerciante conhecido de Lethem comentou, revelando uma perspectiva bastante difundida na Guiana, que o Estado nacional está em processo contínuo de formação e ainda incompleto: "Não existe muito patriotismo na Guiana. Ainda precisamos descobrir nossa identidade". A coalizão do GAP-WPA define-se como "uma organização autônoma de povos indígenas". Seu fundador, o empresário Paul Hardy, é visto como mestiço e Shirley Melville se apresenta como índia aruaque do litoral da Guiana. Apesar destes políticos apelarem a identidades indígenas, são vistos como comerciantes bem-sucedidos pela população local, e alguns informantes indígenas e não-indígenas os identificaram como exploradores dos índios. Conforme depoimentos locais, o PPP era partido político único na Guiana nos anos 1950. O governo dos Estados Unidos achou perigoso ter um único partido num país assolado por conflitos pós-coloniais, onde havia a possibilidade do crescimento do socialismo, e assim interveio, criando o PNC para dividir e dominar. Porém, para os povos indígenas do Rupununi, o PPP está associado aos indo-guianenses, o PNC aos afro-guianenses. Apesar do PNC ter algum apoio no Rupununi, segundo muitos entrevistados ele está associado à sua opressão.

No lado brasileiro da fronteira, em Uiramutã, município criado sem consulta às lideranças indígenas, dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, a prefeita Florani Mota, filha de um dos invasores das terras indígenas, apresenta-se publicamente como índia Makuxi que quer trazer desenvolvimento ao seu povo. Ela tem o apoio do vice-prefeito, José Novaes, irmão do tuxaua Orlando Pereira. Nas palavras de Orlando Pereira, "A avó dela é índia. Ela

se acha que é índia mas não é. Ela coloca algumas palavras em Makuxi ... O pai dela (Zélio Mota), na época do garimpo, era comprador de diamante. O pai dela foi um fazendeiro com pouco gado" (depoimento em Uiramutã, 17/01/2002). O tuxaua relatou conflitos em 1982, quando Zélio Mota mandou prender seu pai e cinco índios foram levados presos a Surumu. O tuxaua acrescentou: "Ela (Florani Mota) comprou muitos votos. Foram transferidos de Boa Vista, de outros municípios, para esta localidade. Temos índios que abandonaram as comunidades e foram morar na cidade. São da região mas não moram mais aqui. Estão morando na cidade, nas colônias (agrícolas implantadas pelo estado de Roraima)".

Nos dois lados da fronteira, a auto-definição de quem é índio é freqüentemente ambígua e contraditória, a identidade indígena sendo usada para conseguir votos. Em Lethem, o último Chairman se identificou e foi identificado como índio da região, de pais Makuxi e Wapichana, e o atual Chairman se identifica como índio Aruaque de outra região da Guiana. Ressaltamos que a identidade indígena cruza as fronteiras étnicas e é usada em discursos políticos para defender interesses políticos contraditórios e, em alguns casos, por pessoas vistas como inimigos dos índios.

Em 1991 foi criada, na Guiana, a Amerindian Peoples Association (APA) que tem como um dos seus objetivos a unificação dos povos indígenas nas fronteiras, povos que em todo o país constituem aproximadamente 48.859 pessoas, em torno de 6,81% da população total da Guiana, com terras indígenas que abrangem cerca de 16% do território (Guiana, National Development Strategy, 2003). Para entender as situações enfrentadas pelos povos indígenas ao longo desta fronteira internacional, é necessário

apresentar os dados básicos sobre o tamanho e a composição étnica dos países em questão. Enquanto o Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão de território (8.511.965 km²) com uma população total de cerca de 170 milhões de habitantes, a Guiana é um país pequeno, de 214.969 km², mais de 39 vezes menor que o Brasil, com uma população total de cerca de 717.458 (Ibid). No Brasil, a população indígena é estimada entre 300 e 700 mil indivíduos, constituindo em torno de 0,2% e 0,3% da população total, muito menor proporcionalmente que na Guiana, de maioria Carib no sul e Aruaque (Lokonos) no litoral, com exceção dos Wapichana no Rupununi ⁹.

Tanto no Brasil quanto na Guiana, a população indígena, apesar de ser uma pequena minoria no nível destes Estados nacionais, constitui maioria em nível de município e micro-região. Em Roraima, a população indígena constitui cerca de 72% da população rural. No município de Normandia, enclave fronteiriço na Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, por exemplo, os Makuxi constituem 92,71% da população rural. Em Bonfim, constituem 22,96% e, em Boa Vista, cerca de 16,18% (Oliveira 1999:60) de uma população total de cerca de 350 mil¹⁰.

Para entender a situação dos povos indígenas nesta região de fronteira com o Brasil, é importante lembrar que, conforme estimativas regionais, constituem em torno de 80% da população regional, concentrada nas áreas rurais, situação parecida com aquela dos índios no lado brasileiro da fronteira. Porém, existe uma diferença muito grande no pensamento sobre a nação e as classificações étnicas hegemônicas. No Brasil, a população na ideologia nacional tem sido classificada em três grupos básicos: índios, brancos, e

negros, com uma pletera de categorias mistas como mestiços, caboclos, tapuios, mamelucos, pardos, morenos, cafuzos, mulatos etc. e com grupos minoritários descendentes de imigrantes de muitos grupos étnicos. Muitas destas categorias são interpretadas regionalmente conforme realidades distintas histórica e etnicamente. Até muito recentemente, predominava no Brasil uma ideologia racista de branqueamento que ainda influencia a auto-definição de muitas pessoas com cor de pele escura como "brancos", sobretudo em oposição a "índios" na região amazônica. Como mostra Oliveira, a categoria "índio" é associada a um status jurídico diferenciado, condição que não tem a ver com opiniões sobre a unidade de raça ou de cor (1999-2000:198-199). Ao abordar a questão da construção da nação no Brasil, Rosa-Ribeiro (2000) argumenta que o racismo, apesar de permear a sociedade brasileira, é mais difícil de definir do que nos Estados Unidos ou na África do Sul (uma ex-colônia holandesa e britânica). Segundo Rosa-Ribeiro, no Brasil, a "identidade nacional afirma-se através de uma enraizada troca mimética entre brancos e não-brancos" (2000:223), discurso em que o racismo é incorporado e diluído.

Na Guiana, em constraste, a população tem sido classificada etnicamente em 49,49% indo-guianenses (East Indians), 35,63% afro-guianenses (Africans), 7,05% mestiços (Mixed Guyanese) e 6,81% índios (Amerindians) (Guyana, National Development Strategy, 2003), com outros grupos minoritários de chineses, caribenhos e europeus¹¹. A Guiana pode ser caracterizada por sua heterogeneidade étnica e lingüística. Hoetink salienta que:

[...]nos territórios (do Caribe) colonizados pela Grã-Bretanha, pela França e pela Holanda essa unidade

lingüística (do Caribe hispânico) muitas vezes não existe. As classes superiores geralmente falam algo próximo à língua européia padrão, ao passo que as camadas mais baixas falam a língua crioula; entre esses dois pólos existe o que foi descrito como um continuum lingüístico (1997:10).

Além disso, na Guiana, os trabalhadores contratados na Índia britânica falam suas próprias línguas. Hoetink atribui a heterogeneidade da sociedade guianense ao fato de que, enquanto nas ex-colônias espanholas do Carib (parecidas em alguns aspectos com o caso do Brasil), ao lado de formas de discriminação racial, há, desde muito tempo, um contínuo de cor resultante da miscigenação. Nas ex-colônias inglesas, "as relações raciais são mais polarizadas e menos sujeitas à manipulação individual" (1997:7).

Nos depoimentos de muitas pessoas entrevistadas na região do Rupununi, a Guiana é vista como um país que se caracteriza como ex-colônia e que ainda espera por ser um Estado nacional. As classificações étnicas na Guiana, produto histórico de uma colonização holandesa e britânica, resultaram em divisões rígidas que dividem o país em partidos políticos associados com os dois principais grupos étnicos, o que tem impedido qualquer tipo de unidade nacional e projeto para a construção de uma nação. Os governos baseados no populoso litoral atlântico têm, em grande parte, negligenciado o interior. Hoetink afirma que "na República da Guiana, os orientais, apesar de sua força numérica e de seu significado econômico, ainda tendem a ser vistos pelos afro-americanos como recém-chegados e forasteiros" (1997:27), havendo uma forte rivalidade entre indo-guianenses e afro-guianenses.

Acrescenta Hoetink que "o resultado da migração proveniente das Índias Orientais para a Guiana e Trindade foi nada menos que a mudança total do caráter dessas sociedades" (1997:30-31).

A configuração atual sobrepõe identidades étnicas e nacionais de modo altamente complexo: pessoas que se identificam como "índios guianenses" mas se dizem filhos de "índios brasileiros" e vice-versa; e "índios guianenses" que migraram para o Brasil cujos pais haviam migrado do Brasil para a Guiana. Reconhecem, freqüentemente, dupla nacionalidade, conforme o contexto. Na região que está sendo estudada, além das duas principais identidades indígenas Makuxi e Wapichana, há pessoas que se identificam como mestiços e, conforme o contexto, apresentam-se ou como índios, ou como mestiços ou como brancos, o que faz qualquer abordagem tradicional sobre grupos étnicos pouco proveitosa para lidar com esta situação.

Um grande fluxo migratório da Guiana para o Brasil dirige-se a Boa Vista, como mão-de-obra para fazendas e também deslocamentos de famílias para aldeias. Outro fator que torna complexa a situação étnica nesta região é que muitas pessoas que se identificam como Makuxi e Wapichana vivem em aldeias mistas. Conforme os depoimentos, a amalgamação destas identidades ocorreu, com maior intensidade, ao longo dos últimos 40 anos, em parte conseqüência do movimento político indígena, que serve atualmente como força motriz da etnicidade, da educação indígena e da migração urbana. Embora no extremo sul da região (Jacamim e Aturib) haja uma maioria de pessoas que se identificam como Wapichana (com outras identidades étnicas, como Atoraid, compartilhadas por pessoas incorporadas historicamente nas

comunidades Wapichana), e no extremo norte (Uiramutã, Willimon e Canapã) haja uma maioria que se identifica como Makuxi (com Patamona e Ingarikó, além de uma minoria de Wapichana), a grande maioria das comunidades são vistas pelos seus habitantes como mistas, ou com um número expressivo de pessoas que se identificam com a minoria. Muitas pessoas das gerações mais novas são fruto de casamentos mistos entre Makuxi, Wapichana, mestiços e brancos, tornando a distinção ainda mais ambígua e contraditória da perspectiva de um estranho, mas não da perspectiva delas, pois não vêem nenhum problema em se identificar conforme os contextos em que estão imersas e lhes parecem naturais. Assim, qualquer tentativa de identificar estes povos, transformados por séculos de contato com as sociedades nacionais, como unidades sócio culturais autônomas, não ajudaria a explicar a situação étnico-nacional. Outro fator importante para entender a situação atual nesta região de fronteira é um processo de re-identificação como indígenas, sobretudo a partir do movimento indígena nos anos 1970. De uma perspectiva histórica, esta região é marcada por mudanças de identidade étnica entre suas populações.

Um ex-Chairman de Lethem, Muacir Baretto, que se identifica como indígena, filho de mãe Wapichana e pai Makuxi, descendente de brasileiros mas de nacionalidade guianense, assim como várias outras pessoas entrevistadas, afirmaram que, no Rupununi, a maioria da população vê o Brasil como o gigante econômico da América do Sul e percebem o desenvolvimento econômico do estado de Roraima como um grande sucesso comparado ao que ele descreveu como o desastre político e econômico da Guiana. Muacir Baretto se identificou como ex-socialista na sua juventude, dizendo ainda que havia passado um

ano como estudante em Moscou no período soviético, e se decepcionado com o socialismo ao ver tentativas de implantá-lo na Guiana levarem o país ao colapso econômico. Outro informante de origem inglesa afirmou que o acirramento de conflitos partidários na Guiana ocorreu, sobretudo, a partir da intervenção do governo americano para tentar evitar o crescimento do socialismo.

Em Lethem, encontrei com diretores empresários da capital Georgetown, de uma ONG de crédito para pequenos produtores que apresentam uma retórica marxista anti-imperialista, ao mesmo tempo em que defendem políticas neo-liberais de privatização e crédito agrícola com juros altos, que perpetuam relações de dívida e de exploração econômica, acumulação de capital e acentuação das desigualdades socioeconômicas, de dependência e clientelismo entre as elites do litoral e os índios do interior.

Nos últimos anos, a região nos dois lados da fronteira entre o Brasil e a Guiana foi objeto de esforços por parte dos governos centrais dos Estados nacionais para garantir a soberania, embora a presença do Estado seja muito mais evidente no lado brasileiro. Houve incentivos para ensinar as línguas oficiais, português e inglês respectivamente, através da educação escolar, e veiculação de símbolos nacionais e projetos que visam à "integração" dos índios aos estilos de vida definidos como nacionais. Nos dois lados da fronteira, muitos índios Makuxi e Wapichana ressaltaram sua nacionalidade ao refletir sobre a presença da fronteira internacional. Na aldeia de Canapã, após o tuxaua e outros membros da comunidade apresentarem uma lista de reivindicações que não foram atendidas pelo governo da Guiana, alguns afirmaram sua nacionalidade guianense por terem nascido no lado guianês da fronteira, mesmo que seus pais e avós tivessem nascido no Brasil.

O que nada impede que, quando no Brasil, reivindicuem também a nacionalidade brasileira.

Os antepassados dos povos que atualmente se identificam como Makuxi e Wapichana foram colonizados pelos fazendeiros que ocuparam a região do lavrado de Roraima e transformados em trabalhadores braçais de fazendas. O impacto da colonização sobre eles foi muito mais forte que sobre seus vizinhos indígenas ao norte e ao leste, numa região de serras escarpadas. Mesmo havendo sido submetidos à escravização, continuam recriando seus próprios valores culturais, sobretudo a partir do movimento político indígena na década de 1970, que coincidiu e se confundiu com a implantação do projeto da Igreja Católica "Uma vaca para o índio" (Repetto, 2002:70), numa época em que sofriam as conseqüências nefastas de invasões de garimpeiros, que trouxeram doenças, alcoolismo e prostituição. O padre Giorgio dal Ben, italiano de Consolata, mora em Maturuca desde a década de 1970. Ele descreveu o processo de reconstrução das sociedades da região como uma iniciativa das lideranças indígenas com o apoio da Igreja, ressaltando a participação daquelas neste processo: "Eles tinham fugido por causa do gado e depois voltaram ... a bagunça era muito grande. O uso sem controle de bebida alcoólica... estavam à beira da autodestruição". Em fevereiro de 1972, a comunidade de Maturuca convidou o padre Giorgio a morar com eles e trabalhar em conjunto.

Examinando a história fundiária recente, no Brasil, a Terra Indígena São Marcos, de 654.110 hectares, com uma população de cerca de 2.703 indivíduos, foi homologada em 1991, apesar de estar sob a ameaça do Projeto Calha Norte - PCN, da criação da municipalidade de Pacaraima, sofrendo pressões de empresas

mineradoras, com a rodovia BR-174 e a linha de transmissão da Eletronorte que liga a Usina Hidrelétrica de Guri, na Venezuela, à capital em Boa Vista. Porém, a vizinha Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, apesar de ter sido delimitada pela Portaria do Ministério da Justiça n.820, de 11/12/98, que a declara de posse permanente dos índios, numa área de 1.678.800 hectares e com população de mais de 12.000 indivíduos, ainda não foi homologada pelo Governo Federal, em decorrência das pressões exercidas por políticos locais. Após uma longa história de violência perpetrada contra os povos indígenas pelos invasores do seu território, em janeiro de 2003 o Makuxi Aldo da Silva foi assassinado, seguindo-se outras agressões contra índios em Roraima.

A implantação de um Pelotão Especial de Fronteira, a partir de 2000, como parte do PCN, sem consultar as lideranças indígenas da região, criou uma situação de conflitos em Uiramutã. Também houve tentativas de implantar uma Usina Hidrelétrica no rio Cotingo, a construção de várias estradas estaduais e o Parque Nacional Monte Roraima que incide totalmente na Terra Indígena (Santilli, 2000). O despacho nº 80, do Ministro da Justiça, assinado em 20/12/1996, reduz este território a aproximadamente 300 mil hectares, legaliza enclaves de garimpeiros e fazendeiros assim como suas estradas de acesso, e retalha a área contínua, ameaçando deixar mais de 20 aldeias fora do seu perímetro.

Com a previsão da conclusão das obras da ponte sobre o rio Tacutu, ligando Bonfim a Lethem, e um crescente controle sobre a fronteira por agentes dos Estados nacionais, as identidades nacionais e étnicas estão tomando novos significados. O fato de se definir ou como brasileiro ou como guianês está mudando seu sentido frente

a situações políticas de mudança rápida. No tempo de eleições no Brasil, vários políticos roraimenses atravessam a fronteira a fim de recrutar índios na Guiana para votar neles em troca da emissão de carteira de identidade brasileira em Uiramutã, que facilita as possibilidades deles trabalharem no Brasil e ganharem salários mais altos que na Guiana. Desta maneira, em troca de uma carteira de identidade brasileira, estes migrantes, sobretudo Makuxi, Wapichana, Patamona e Ingaricó, estão votando em políticos que são vistos como inimigos pela maioria dos índios que residem no lado brasileiro da fronteira, criando novas tensões políticas entre Makuxi, Wapichana e outras etnias da região, com base na nacionalidade.

A tensão existente entre os índios brasileiros e guianenses manifesta-se em acusações de feitiçaria e ataques de Kanaimés (Repetto, 2002: 95-104), seres malignos que assaltam de surpresa no meio da mata. Repetto afirma que acredita:

[...] que as aparições do Kanaimé ocorrem quando os conflitos entre indígenas se encontram mais acirrados e constituem, pois, formas de justificar as mortes, ou seja, verdadeiras válvulas de escape. Creio, enfim, tratar-se de uma espécie de metáfora cultural ou de uma espécie de tradução indígena para os conflitos pela demarcação das terras, bem como para o significado das idéias sobre desenvolvimento e cultura (2002:96).

Os Ingarikó e, sobretudo, os Patamona, são associados com Kanaimés perigosos, e qualquer índio que vem do lado guianês da fronteira é suspeito, sobretudo em momentos de tensão política (Repetto, comunicação pessoal). Repetto acrescenta que "os discursos sobre Kanaimés expressam a agonia pela mudança. No

meio de fortes conflitos por invasões de terras indígenas e promessas alienantes sobre o desenvolvimento, o verdadeiro terror vem desde o próprio mundo indígena" (2002:104).

Atualmente há uma intensa mobilização de alguns políticos roraimenses para tentar impedir a homologação da Terra Indígena Raposa/ Serra do Sol, e a filiação do atual governador, Flamerian Portela, ao Partido Trabalhista, que faz parte desta estratégia. Uma situação em que algo em torno de um terço das lideranças indígenas apoiam as propostas destes políticos locais de abrir esta terra indígena para interesses desenvolvimentistas, enquanto cerca de dois terços das lideranças apoiam a homologação em área contínua. Uma matéria publicada na Folha de São Paulo (13/06/2003) reflete, de forma tendenciosa, esta situação, ao relatar que o velho tuxaua Maçaranduba, da aldeia Uiramutã, defende a presença de não-índios na terra indígena, onde seu filho, o tuxaua Orlando Pereira da Silva, um dos líderes do CIR, afirma que seu pai "é usado, não tem idéia do que está dizendo...". Conforme a matéria jornalística, seu irmão, José Novaes Pereira da Silva, vice-prefeito pelo PSDB do município de Uiramutã, criado sem a anuência das lideranças indígenas é, nas palavras do tuxaua Orlando, "manipulado pelos políticos".

Para se refletir sobre a política indigenista nesta região, traçaremos alguns acontecimentos recentes. Em 27 de novembro de 2002, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) extinguiu o Mandado de Segurança impetrado em março de 1999 pelo estado de Roraima contra a demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, assim garantindo os termos da portaria 820/98 (DOU, 14/12/1998, datada de 11/12/1998) do Ministério da Justiça, que demarcou 1.678.800 de hectares em área contínua dos índios Makuxi, Wapichana,

Ingarikó, Taurepang e Patamona. Sete dos ministros da 1ª seção do STJ votaram a favor e um contra, levando em consideração a inexistência de provas inequívocas das alegações trazidas pelo governo do estado de Roraima contra a posse permanente e o usufruto exclusivo dos povos indígenas da TI Raposa/Serra do Sol. O reconhecimento desta TI foi o passo final para a sua homologação. A pedido do Conselho Indígena de Roraima (CIR) o Instituto Socioambiental (ISA) interveio na ação em 1999, representando as comunidades indígenas de Jauari e Machado.

Na Assembléia Geral de Tuxauas, no início de fevereiro de 2003, foi preparado um documento em que se destaca o posicionamento contrário dos índios ligados ao CIR à criação de unidades de conservação nas terras indígenas, à atuação do Ibama no estado, ao asfaltamento da BR-401, à interiorização da Linha de Guri, e às invasões de rizicultores e garimpeiros em terras indígenas. O CIR repudiou a criação do Parque Nacional Monte Roraima dentro da TI Raposa/Serra do Sol, argumentando a precedência dos direitos originários dos índios, e acusando o Ibama a estar associado aos interesses anti-indígenas locais.

Em ofício datado de 18 de fevereiro de 2003, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República solicitou pronunciamento do Presidente do Senado Federal sobre decretos que objetivam homologar as demarcações administrativas de cinco TIs em Roraima, o que levou, em 2 de abril de 2003, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado a dar parecer contrário à homologação destas TIs. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou parecer defendendo que a homologação deverá ser retardada até consultar representantes do governo de

Roraima sobre a questão, que foi acolhido pela Comissão por maioria de votos (e cinco votos contrários). Jucá recomendou que as cinco TIs - Jacamim, Waiwai, Moskow, Muriru e Boqueirão, todas demarcadas, fiquem com suas homologações suspensas até que representantes dos governos estadual e federal consigam encontrar soluções para resolver os conflitos em todas as terras indígenas de Roraima, contrariando a Constituição Federal. O objetivo do senador foi de atrasar a homologação da TI Raposa/Serra do Sol, o que ele admitiu ser seu real alvo.

O CIR, em 3 de abril, emitiu uma nota de repúdio ao parecer da CJJ do Senado, afirmando que os atos concretos de demarcação das TIs não carecem de confirmação pelo poder legislativo, uma vez que decorrem de imperativo constitucional, expresso no caput do art. 231 da Constituição Federal, lembrando que, por ocasião da 32ª Assembléia dos Tuxauas, em fevereiro de 2003, as lideranças indígenas cobraram da Presidência da República a agilização das seis TIs pendentes da homologação, que incluem as cinco citadas mais Raposa/Serra do Sol.

As comunidades indígenas da TI Raposa/Serra do Sol realizaram, no final de abril comemorações da decisão "Ou vai ou racha" de 26 de abril de 1977, quando os habitantes de Maturuca resolveram repudiar o consumo de bebidas alcoólicas. Manifestaram-se contra a demora na homologação da TI Raposa/Serra do Sol e a presença de cinco vilarejos dentro da TI, incluindo a fraudulenta transformação da aldeia de Uiramutã em sede municipal. O Exército realizou a Operação Uiramutã, para coincidir com as celebrações indígenas, com demonstração de força bélica e atos de intimidação. Em 02 de maio de 2003, o Exército inaugurou

o 6º Pelotão Especial de Fronteira em Uiramutã, ignorando a ação judicial interposta pelas comunidades indígenas, contrária à construção do quartel, e ainda em julgamento. O quartel de Uiramutã foi construído sem qualquer diálogo com as lideranças indígenas e com objetivo de viabilizar o crescimento do município criado inconstitucionalmente.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 38/99, do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS/RR) que pretende limitar o tamanho de terras indígenas e unidades de conservação, de forma que não ultrapassem, conjuntamente, 50% da superfície de cada unidade da federação, e transferir para o Senado Federal a responsabilidade de aprovar a demarcação das TIs, fere a Constituição, que garante o reconhecimento dos direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam. A proposta estava pela terceira vez na pauta de votação do Senado de um governo que alega ter um compromisso com os povos indígenas. João Pacheco de Oliveira aponta dois erros e preconceitos em relação à argumentação da proposta: "O que define uma área indígena não é de maneira alguma a sua proporção com o tamanho da unidade da federação em que se localiza, mas sim o fato que se constitua de terras de ocupação tradicional pelos indígenas, necessárias à sobrevivência física e cultural das coletividades em que estão reunidos socialmente" (ISA, Adriana Ramos, 5/6/2003). Em 28 de maio, 27 senadores assinaram o Ofício nº 048/2003 - GLDBAG dirigido ao presidente da República, em que manifestaram seus temores diante do desrespeito aos direitos indígenas e da previsão de votação da PEC 38/99, alertando que a PEC 38/99 propõe mudar o Decreto 1775, de 08 de janeiro de 1996, incorporando a consulta ao Conselho de Defesa Nacional - CDN

no processo administrativo de demarcação de terras indígenas. Solicitam agilização na criação da Comissão de Política Indigenista e a imediata homologação da TI Raposa/Serra do Sol.

Em 30 de maio de 2003, o presidente da República assinou o decreto de homologação da TI Moskow, localizada no município de Bonfim; em 06 de junho ele assinou o da TI Boquerão, e em 23 de junho de 2003 assinou os decretos de homologação das TIs Jacamim, Waiwai e Muriru, restando apenas a TI Raposa/Serra do Sol. Entre 10 e 12 de junho, o ministro da Justiça esteve em Roraima, ouvindo índios, políticos e representantes da sociedade civil sobre a homologação. A notícia divulgada em 19 de abril de 2004 de que o Presidente da República homologara oito terras indígenas de tamanho pequeno: sete no Amazonas e uma no Espírito Santo, revela mais uma vez a protelação da homologação da Raposa/Serra do Sol, "uma regularidade da política indigenista brasileira desde os anos 80 ... instrumento sistematicamente corrente do Estado brasileiro, diante do impasse ... entre a letra da lei e interesses políticos que trabalham no seu detrimento ... Paralisado, o Estado espera pelos acontecimentos e trata-os, depois, como fatos consumados" (Santilli, 2001:123). Após esboçar a história recente de protelações no processo de homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, Santilli acrescenta que "entende-se que a protelação tem sido a resposta dada por um Estado afetado por interesses contrários ao cumprimento da lei, na dependência de decisões politicamente desinteressantes aos três poderes" (Ibid 127).

A história recente desta região revela a complexidade de uma situação em que organizações indígenas estão divididas: uma minoria, que inclui a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de

Roraima (SODIURR), está apoiando propostas desenvolvimentistas na TI Raposa/Serra do Sol e a demarcação e homologação em ilhas, enquanto a maioria, que inclui o CIR, está apoiando a sua homologação em área contínua. O conflito envolve lideranças e organizações indígenas de tendências políticas diversas, políticos e empresários roraimenses, o Exército, a Procuradoria Geral da República e diversas instâncias do governo federal, até o ministro da Justiça e o presidente da República. Os sucessivos adiamentos da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua pelos governos do PSDB e do PT, e o recente relatório do Deputado Federal Lindberg Farias, que defende a fragmentação da área indígena através de uma redução da terra indígena já demarcada, afronta os direitos constitucionais dos povos indígenas. Este relatório propõe a exclusão de 12 mil hectares de terras griladas por arroteiros; o pequeno povoado de Uiramutã transformado em município em 1997, mas ainda sub júdice; e uma faixa de 15 quilômetros ao longo da fronteira com a Venezuela e Guiana da área a ser homologada. Os relatórios feitos na Câmara e no Senado expressam nitidamente o interesse de promover mudanças na legislação que garante os direitos indígenas, o que é esperado pela bancada ruralista.

A situação nesta fronteira internacional aponta para a complexidade da atuação de identidades étnicas no nível local que coexistem com identidades nacionais que se remetem aos Estados nacionais, situações repletas de contradições e ambigüidades. A etnicidade e a nacionalidade se sobrepõem e são acionadas em contextos que expressam a organização política dos povos indígenas nesta região de fronteira, num sistema inter e transnacional, visto em termos das nacionalidades em conjunção.

O que esta pesquisa revela é que os povos indígenas continuam exercendo seu dever como guardiões das fronteiras do Brasil, e que os líderes e organizações indígenas estão sempre denunciando as atividades de garimpagem e contrabando em seus territórios. Como presenciei em minha pesquisa, ao assistir à chegada da polícia federal, de avião, na aldeia Willimon, para retirar garimpeiros que haviam invadido a terra indígena no local denominado Laje, após os habitantes desta aldeia terem denunciado a presença dos invasores. Oliveira (2004) alerta que "relatórios reservados dos órgãos de inteligência das Forças Armadas" que consideram que a homologação da Terra Indígena "Raposa/Serra do Sol poderia 'causar prejuízos para a segurança do país, para o desenvolvimento da região, além do risco de grave conflito' (ESP, 20-01-2004)", além de conter análises completamente equivocadas, são veiculados pela imprensa, "sendo utilizados para dar legitimidade aos protestos, interferindo no reconhecimento de direitos constitucionais e no cumprimento de políticas públicas" (Ibid). Acrescenta Oliveira: "Trata-se de uma farsa arditamente forjada, inspirada em pressuposições racistas ... e xenófobas". Ressalta Oliveira que "A homologação da Raposa/Serra do Sol como área contínua, e não como 'ilhas', visa justamente impedir essas atividades ilícitas".

Notas

¹Uma versão deste trabalho foi apresentada, em inglês, no Simpósio: Indigenous rights, dialogy, and relations to national states, MES-5, coordenado por Patricia Christine Aqimuk Paul & Adolfo de Oliveira, no 51º Congresso Internacional de Americanistas, Santiago, Chile, 14 a 18 de julho de 2003. Meus agradecimentos aos coordenadores pelo convite para participar deste simpósio, à CAPES e à FINATEC, pelo apoio financeiro que permitiu a minha participação no ICA.

Meus agradecimentos especiais ao professor Julio Cezar Melatti, por suas valiosas sugestões. A versão final é da minha responsabilidade.

²Professor adjunto 4, Departamento de Antropologia, UnB; pesquisador 1b do CNPq.

³A ortografia oficial neste país é "Guyana", a forma "Guiana", corrente em inglês e português, sendo rejeitada por alguns guianenses por estar associada ao colonialismo britânico.

⁴A pesquisa surgiu a partir de meu projeto: "Etnologia em contextos nacionais: Brasil - Austrália - Canadá" (CNPq), e a partir da minha participação no grupo de pesquisa coordenado pelo Professor Roberto Cardoso de Oliveira sobre "Etnicidade e nacionalidade em áreas de fronteiras".

⁵Realizei um mês de pesquisa de campo, em janeiro de 2001, quando visitei Jacamim, Pium, Bonfim, Normandia, Maturuca, e Uiramutã no Brasil e Lethem e St. Ignatius na Guiana, e três semanas em janeiro de 2002, quando visitei Lethem, St. Ignatius e Canapã, na Guiana e Bonfim, Uiramutã e Willimon no Brasil, além de estabelecer contatos com Makuxi e Wapichana, migrantes do interior do estado de Roraima e da Guiana, residentes na cidade de Boa Vista nas duas etapas de pesquisa. Em janeiro de 2004 realizei outra etapa de pesquisa em Pium, Alto Arraia, Boa Vista e Bonfim, Roraima, e em St Ignatius e Lethem na Guiana. Meus agradecimentos ao CNPq por financiar as três primeiras etapas desta pesquisa.

⁶Ao sul da Terra Indígena Jacamim, no Brasil, e a aldeia Achiwib, na Guyana, inicia-se a Terra Indígena Waiwai, e na região ao norte das aldeias Uiramutã e Willimon, na Área Indígena Raposa/Serra do Sol, no Brasil, e a aldeia de Canapã na Guiana, localizam-se aldeias de maioria Patamona e Ingarikó.

⁷A região abrange os municípios de Caracará, Bonfim, Normandia, e o município de Uiramutã, criado posteriormente à demarcação da Área Indígena Raposa/Serra do Sol no Brasil e encravado nela, e as Regiões administrativas 8 e 9 da República Cooperativista da Guyana.

⁸Em janeiro de 2004 a ponte ainda não havia sido concluída.

⁹A Guiana pode ser comparada aos seus vizinhos do litoral atlântico, Suriname, que tem uma extensão territorial de 163.265 km² e população total em torno de 410.000 (1992), com estimativas de cerca de 3% indígena, e a Guiana Francesa com território de 90.909 km² e população em torno de 150.000, com estimativas de aproximadamente 4% indígena e possivelmente 10% de imigrantes brasileiros, na sua maioria de forma ilegal.

¹⁰Na região fronteira entre o leste de Roraima no Brasil e o Rupununi na Guiana, a população Wapichana tem sido estimado em torno de 6.500 (2000) em Roraima e 4000 (1990) na Guyana (Ricardo, 2000:14). A população Makuxi é estimada

em torno de 16.500 (2000) no Brasil e 7.500 (1990) na Guiana (Ricardo, 2000:12). Os Ingarikó (ou Akawaio) localizados ao norte, têm uma população estimada em 675 no Brasil, 4000 na Guiana, e 728 na Venezuela, enquanto os Taurepang têm uma população estimada em 532 no Brasil e 20.607 na Venezuela. Nádia Farage mostra que a população atual Wapichana é constituída de vários grupos étnicos que foram incorporados pelo falantes da língua Wapichana, incluindo grupos lingüística e/ou culturalmente próximos. Os Atoraí ou Atoraíd deixaram de ser um grupo étnico distinto depois que uma epidemia da gripe espanhola os assolou nos anos 1920, os sobreviventes juntando-se aos Wapichana, onde ainda se reconhecem como Atoraíd. Nos últimos anos, os habitantes das aldeias observam uma crescente mistura de Makuxi (da família lingüística Carib) e Wapichana (Aruaque).

¹¹Seu vizinho geográfico, a ex-colônia holandesa, Suriname, tem cerca de 37% de indo-surinameses, 31% de afro-surinameses, 15% de javaneses, 3% de índios, 2% de chineses e 1% de europeus, enquanto a Guiana Francesa tem em torno de 60% de afro-descendentes, com diversas nacionalidades caribenhas, 4,2% de chineses, cerca de 10% de brasileiros, e 4% de índios.

Referências bibliográficas

BUTT COLSON, A. 1985. "Routes of knowledge: an aspect of regional integration in the circum Roraima area of the Guiana Highlands", *Antropológica* 63-64, pp.103-149.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1999. Etnicidade e nacionalidade em fronteiras. Introdução ao Seminário Latino-Americano: "Antropologia em Fronteiras", do Programa de Pesquisas, "Etnicidade e Nacionalidade em Áreas de Fronteira", coordenado pelo Professor Roberto Cardoso de Oliveira, CEPPAC, Universidade de Brasília. CEPPAC, UnB, 25-26 de outubro de 1999.

_____. 2002 (no prelo). Introdução. In CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (Org.). *Etnicidade e nacionalidade em fronteiras*. Cadernos do CEPPAC, UnB.

FARAGE, N. 1991. *As Muralhas dos Sertões: os povos*

indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS.

_____. 2002. "Instruções para o presente: os brancos em práticas retóricas Wapishana". Capítulo 17. In: ALBERT, B., & RAMOS, A.R. (Orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado: IRD, pp.507-531.

GUYANA, National Development Strategy. 2003. *Amerindian policies*, Chapter 22: 41p. <http://www.guyana.org/NDS/chap22.htm>
Acesso em 08/07/2003.

HOETINK, H. 1997. "'Raça' e cor no Caribe". *Estudos Afro-Asiáticos*, 31, pp.7-36.

LOBO DE ALMADA, M. da G. 1861. "Descrição Relativa ao Rio Branco e seu território", Ano de 1787, (Art. V População, Art. VI Gentilidade, Art. VII Fortificação). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 24, 4º trimestre de 1861, p.617 e pp.669-683.

LÓPEZ GARCÉS, C.L. *Ticunas brasileiros, colombianos y peruanos: etnicidad y nacionalidad en la región de fronteras del alto Amazonas/ Solimões*. Tese apresentada ao programa de doutorado do CEPPAC, UnB, 2000.

OLIVEIRA, A.N. de. 2002. "Fragmentos da etnografia de uma rebelião do objeto: indigenismo e antropologia em tempos de autonomia indígena". *Anuário Antropológico/98*, Rio de Janeiro: Tempo brasileiro. pp.109-130.

OLIVEIRA, J.P. de. *O Nosso Governo: os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero; Brasília:MCT/CNPq.

_____.1990. “Segurança das Fronteiras e o Novo Indigenismo: Formas e Linhagens do Projeto Calha Norte”, *Antropologia e Indigenismo*, nº 1, Projeto Calha Norte: Militares Índios e Fronteiras. RJ.:UFRJ; PETI - Museu Nacional, pp.15-46.

_____.1998. “Terras indígenas, economia de mercado e desenvolvimento rural”. In: Oliveira, J.P. de (Org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, pp.43-68.

_____.1999-2000. “Entering and leaving the melting pot: a history of Brazilian indians in the national censuses”. In: Ribeiro, G.L. (Editor convidado) *Journal of Latin American Anthropology*. Theme issue: Reading Brazilian Anthropologists, 4(2)/5(1):190-211.

_____.2004. "Os Índios ameaçam a segurança Nacional?" Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, Departamento de Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. <http://www.laced.mn.ufrj.br/artigo.htm>. acessado em 10/04/2004.

REPETTO, M. 2002. *Roteiro de uma etnografia colaborativa: as organizações indígenas e a construção de uma educação diferenciada em Roraima, Brasil*. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

RICARDO, C.A. (Org.). 2000. *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

RIVIÈRE, P. 1972. *The forgotten frontier: ranchers of northern Brazil*. Holt, Rinehart and Winston, Inc.

_____.1995. *Absent-minded colonialism: Britain and the expansion of empire in nineteenth-century Brazil*. London, New York: Tauris Academic Studies, I.B. Tauris Publishers.

ROSA RIBEIRO, F. 2000. “Racism, mimesis and Anthropology in Brazil”. *Critique of Anthropology*. 20(3):221-241.

Santilli, M. 2000. “Facada na Raposa”, In: RICARDO, C.A. (Org.). *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*, São Paulo, Instituto Socioambiental, pp.297-303.

_____.2001. *Pemongon Patá: Território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: Editora UNESP.

VALLE, Carlos Guilherme do. 1999. “Experiência e semântica entre os Trmembé do Ceará. In: Oliveira, J.P. de. *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra capa Livraria, pp.279-337.

WHITE, N.L. 1988. *Lords of the Tiger Spirit: A History of the Caribs in Colonial Venezuela & Guyana 1498-1820*. (Koninklijk Instituut Voor Taal-, Land- en Volkenkunde). Dordrecht: Foris Publications Holland.